

**TERMO DE REFERÊNCIA DE OBRAS OU SERVIÇOS DE ENGENHARIA**  
PAE nº E-2025/2737816

**1 - O QUE SERÁ CONTRATADO?**  
(art. 6º, XXIII, a e i)

Lote	Item	Descrição	Código SIMAS	Und	Qtd	Valor Unitário Estimado	Total
1	1	CONTRATAÇÃO INTEGRADA DE EMPRESA DE ENGENHARIA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS, INCLUINDO A ELABORAÇÃO DE PROJETO BÁSICO E EXECUTIVO PARA A URBANIZAÇÃO DA ORLA DA PRAIA GRANDE, LOCALIZADA NA ILHA DE CARATATEUA, MUNICÍPIO DE BELÉM/PA	24286-1	01	01	R\$ 9.349.944,26	R\$ 9.349.944,26
				<b>VALOR GLOBAL ESTIMADO</b>			<b>R\$ 9.349.944,26</b>

**2 - JUSTIFICATIVA DA NÃO DIVISÃO DO OBJETO EM LOTES E/OU DO AGRUPAMENTO EM GRUPOS**  
(art. 40, §§ 2º e 3º, da Lei Federal nº 14.133/21)

Conforme art. 40, §§ 2º e 3º, da Lei nº 14.133/2021 o parcelamento não será adotado quando a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor. O mesmo artigo também estabelece outras situações em que o parcelamento não será adotado, como por exemplo, quando o objeto não for passível de divisão.

Dividir em lotes obras complexas e integradas pode parecer uma estratégia atrativa em certos contextos e atrair mais empresas. No entanto, pode ocasionar uma série de desvantagens significativas, as quais podem comprometer a eficiência, a qualidade e o custo do projeto. É de suma importância uma visão integrada e um controle rigoroso da qualidade em obras de urbanização de orlas. Dessa forma, o princípio do parcelamento do objeto não se aplica neste caso.

Outro ponto trata-se da economia de escala. Considerando-se a logística para conduzir materiais e mão de obra até a Praia Grande e a execução da obra com segurança e qualidade pelo menor custo e tempo possível, o valor da contratação em lote único é mais atrativo para as empresas.

Perante o exposto no decorrer desta justificativa e com base na Lei nº 14.133/2021, conclui-se que o objeto “Contratação integrada de empresa de engenharia especializada para a execução de obras e serviços, incluindo a elaboração de projetos básico e executivo para a urbanização da orla da Praia

Grande, localizada na Ilha de Caratateua, município de Belém/PA” não é passível de divisão em lotes.

### 3 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

(art. 6º, XXIII, c)

**3.1 -  
QUAL O MOTIVO DA  
CONTRATAÇÃO?**

A orla de um município desempenha um papel importante para um município em diversos aspectos. Desenvolvimento econômico, qualidade de vida dos munícipes, turismo, infraestrutura e urbanização são alguns dos aspectos que tornam esta obra de grande relevância para a localidade que será beneficiada.

Em se tratando de desenvolvimento econômico, a implantação de uma orla atrai turistas, impulsiona a economia local através de hospedagem, restaurantes, comércio e serviços relacionados ao turismo. No que tange a qualidade de vida, oferece espaços para atividades físicas, caminhadas, ciclismo, esportes aquáticos e outras formas de lazer, contribuindo para a saúde e bem-estar da população. Além disso, torna-se um ponto de encontro para moradores e visitantes, promovendo a interação social e o fortalecimento dos laços comunitários.

A orla da Praia Grande, localizada na Ilha de Caratateua, no município de Belém, no Estado do Pará, é desprovida de infraestrutura para receber tanto os moradores quanto turistas que buscam a ilha como destino. O anteprojeto denominado “urbanização da orla da Praia Grande, localizada na Ilha de Caratateua, município de Belém”, justifica-se, principalmente, pela necessidade da manutenção da qualidade de vida da população da ilha, que será a principal beneficiada com a obra, e pelo fortalecimento do turismo.

Além disso, a implantação desta obra fomentará a geração de empregos, valorização do comércio local e criação de espaços modernos e com infraestrutura necessária para receber a população local e visitantes.

### 4 - NATUREZA E GARANTIA DO SERVIÇO

(art. 6º, XXIII, a; art. 18, III)

**4.1 -  
NATUREZA**

- ☐ Serviço comum de engenharia  
☐ Serviço especial de engenharia  
☒ Obra

**4.2 -  
HAVERÁ GARANTIA  
DO SERVIÇO?**

- ☒ Sim. De acordo com o estudo técnico preliminar, o contratado deverá prestar garantia pelos serviços prestados de, no mínimo, **48 meses**, após a sua conclusão.  
☐ Não.

## 5 - CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

(art. 6º, XXIII, h)

<p><b>5.1 -</b> FORMA DE CONTRATAÇÃO</p>	<p><input type="checkbox"/> <b>Inexigibilidade</b> de licitação, com fundamento no art. 74, <b>Y</b>, da Lei Federal nº 14.133/21.</p> <p><input type="checkbox"/> <b>Dispensa</b> de licitação em razão do <b>valor*</b>, com fundamento no art. 75, II, da Lei Federal nº 14.133/21.</p> <p>* Nesta hipótese, deve-se utilizar preferencialmente a dispensa eletrônica.</p> <p><input type="checkbox"/> <b>Dispensa</b> de licitação, com fundamento no art. 75, <b>Y</b>, da Lei Federal nº 14.133/21.</p> <p><input type="checkbox"/> Pregão eletrônico.</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Concorrência.</p>
<p><b>5.2 -</b> CRITÉRIO DE JULGAMENTO</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Menor preço, conforme justificado no ETP.</p> <p><input type="checkbox"/> Melhor técnica, conforme justificado no ETP e no documento do seq. X.</p> <p><input type="checkbox"/> Técnica e preço, conforme justificado no ETP e no documento do seq. X.</p> <p><input type="checkbox"/> Maior desconto, conforme justificado no ETP.</p> <p><input type="checkbox"/> Maior retorno econômico, conforme justificado no ETP.</p>
<p><b>5.3 -</b> O ORÇAMENTO ESTIMADO É SIGILOSO?</p>	<p><input type="checkbox"/> Sim. <b>Justificativa:</b> (Caso se assinale "sim")</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Não.</p>
<p><b>5.4 -</b> CRITÉRIO PARA A PROPOSTA SER ACEITA</p>	<p>A proposta deve observar os valores unitários e global máximos aceitáveis conforme planilha de composição de preços do orçamento estimado.</p>
<p><b>5.5 -</b> HÁ ITENS COM PREFERÊNCIA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE?</p>	<p><input type="checkbox"/> Sim. <b>Indicar os itens:</b> (Caso se assinale "sim")</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Não.</p>

## 6 - REQUISITOS DA CONTRATADA

(art. 6º, XXIII, d)

6.1 – SERÁ EXIGIDA HABILITAÇÃO TÉCNICA?	Qual?	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE MÍNIMA EXIGIDA
		Urbanização	m²	2.781,83
		Piso intertravado colorido	m²	2.542,19
		Grama	m²	1.118,86
		Ciclovía	m²	1.170,86
		Estrutura em concreto - 25Mpa	m³	446,00
	Por quê?	<p>- Para o atendimento do <b>Art. 67 da Lei 14.133/21</b>, que trata das qualificações técnico-profissional e técnico-operacional. Ressalta-se que para escolha dos itens relacionados acima se levou em consideração os <b>serviços mais relevantes</b>, conforme <b>curva ABC</b>.</p> <p>- Deve ser apresentada a comprovação de <b>Atestado (s) devidamente registrado (s) no CREA e respectivas CATs</b>, expedidos por Pessoa Jurídica de Direito Público ou Privado, que comprovem a execução de <b>no mínimo 50%</b> de obras/serviços de características semelhantes aos itens relevantes do objeto licitado pelo Técnico Profissional indicado como responsável pela execução dos serviços, demonstrando, ainda, a existência de vínculo obrigacional ou trabalhista entre a empresa licitante e o contratado, que poderá fazer parte do quadro permanente da empresa ou ser contratado especificamente para a execução do objeto licitado.</p> <p>- A exigência pelo requisito mínimo da capacitação técnica se faz necessária pela característica específica e complexidade técnica do objeto a ser licitado, assim como em atendimento aos requisitos da legislação em vigor.</p> <p>- Os profissionais indicados pela licitante para fins de comprovação da Capacidade Técnico-Profissional deverão participar da obra ou serviço objeto da licitação.</p> <p>- No decorrer da execução do objeto, os profissionais indicados pelo licitante para fins de comprovação da Capacidade Técnico-Profissional poderão ser substituídos, nos termos do <b>artigo 67, §6º da Lei Federal 14.133/2021</b>, por profissionais de experiência equivalente ou superior,</p>		

	desde que a substituição seja aprovada pela Administração.	
	<input type="checkbox"/> Não.	
6.2 - QUALIFICAÇÕES TÉCNICAS EXIGIDAS	<input checked="" type="checkbox"/> Declaração de ciência das informações necessárias para o cumprimento da futura obrigação contratual.	<b>Justificativa:</b> Exigências pertinentes considerando o teor do Art. 67 da Lei 14.133/21. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional.
	<input checked="" type="checkbox"/> Registro na entidade profissional competente.	<b>Justificativa:</b> Exigências pertinentes considerando o teor do Art. 67 da Lei 14.133/21. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional.
	<input checked="" type="checkbox"/> Indicação de pessoal técnico, instalações e aparelhamento para o cumprimento da futura obrigação contratual com a comprovação de qualificação técnica de cada membro da equipe técnica responsável pela execução dos trabalhos.	<b>Justificativa:</b> Exigências pertinentes considerando o teor do Art. 67 da Lei 14.133/21. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional.  O profissional deve fazer parte do quadro permanente de pessoal da empresa licitante, comprovação que poderá ser feita pela apresentação da Carteira de Trabalho, da Ficha de Registro Empregados, do Contrato de Trabalho ou do Contrato Social, sendo possível a contratação de profissional autônomo que preencha os requisitos e se responsabilize tecnicamente pela execução dos serviços ou apresentar <b>Declaração de Futura Contratação</b> da empresa licitante de que os profissionais serão responsáveis pela execução do serviço. Este termo deverá ser assinado conjuntamente pelo(s) representante(s) legal(is) da empresa licitante e pelos profissionais responsáveis, com firma reconhecida. Nessas condições, o responsável técnico deve estar registrado no <b>CREA</b> e ser detentor de

		<p>Acervo Técnico compatível com o objeto da licitação. No caso de a licitante indicar dois ou mais Responsáveis Técnicos, pelo menos um deverá atender esta exigência.</p> <p>Entende-se, para fins desta contratação, como <b>pertencentes ao quadro permanente</b>: Sócio; Diretor; Empregado; Responsável técnico; Profissional Contratado.</p> <p>A empresa interessada deverá possuir registro junto ao <b>CREA</b> (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou <b>CAU</b> (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), devendo apresentar documentação que comprove possuir em seu quadro de pessoal, na data prevista para entrega da Proposta de Preços, equipe técnica mínima, conforme segue:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ 1 Engenheiro Sênior;</li> <li>▪ 1 Engenheiro Ambiental;</li> <li>▪ 1 Engenheiro Eletricista;</li> <li>▪ 1 Técnico de Segurança do Trabalho;</li> <li>▪ 1 Mestre de Obras;</li> <li>▪ Profissional de nível superior com formação em Engenharia Civil e/ou Nível Técnico em construção civil;</li> <li>▪ Profissional de nível superior com pós-graduação na área de Gerenciamento de Projetos.</li> </ul> <p>Caso o profissional ainda não tenha vínculo com a licitante, esta deverá apresentar uma <b>declaração de contratação futura</b>, a ser demonstrada na assinatura do contrato administrativo do(s) profissional (is) detentor (es) do atestado e da certidão (ões)</p>
--	--	---

		<p>apresentada(as), devendo estar acompanhada da anuência do profissional.</p> <p>A empresa deverá ser detentora de Registro no Ministério do Meio Ambiente com respectivos <b>CTF</b> (Cadastro Técnico Federal).</p>
	<input checked="" type="checkbox"/> Atestado de responsabilidade técnica relativos à qualificação técnico-profissional com comprovação de registro em conselho profissional competente, quando for o caso.	<p><b>Justificativa:</b> Exigências pertinentes considerando o teor do Art. 67 da Lei 14.133/21. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional.</p>
	<input checked="" type="checkbox"/> Atestado de capacidade, relativo à qualificação técnica operacional.	<p><b>Justificativa:</b> Exigências pertinentes considerando o teor do Art. 67 da Lei 14.133/21. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional.</p>
	<input type="checkbox"/> Outro previsto em lei especial. <b>Especificar:</b> <i>(Indicar o requisito e o seu fundamento legal).</i>	<p><b>Justificativa:</b> <i>(Justificar o motivo da exigência, indicando a legislação aplicável, se for o caso).</i></p>
	<input type="checkbox"/> Não será exigida prova de qualificação técnica em razão da baixa complexidade da contratação.	
<p><b>6.3 –</b> <b>HÁ CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE?</b></p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Sim.</p> <p><b>Especificar:</b> <i>(Caso se assinale “sim”)</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li><input type="checkbox"/> uso de equipamentos de climatização mecânica ou de novas tecnologias de resfriamento do ar, que utilizem energia elétrica apenas nos ambientes onde for indispensável;</li> <li><input type="checkbox"/> automação da iluminação do prédio, projeto de iluminação, interruptores, iluminação ambiental, iluminação-tarefa e uso de sensores de presença;</li> <li><input checked="" type="checkbox"/> uso de materiais de iluminação de alto rendimento e eficientes;             <ul style="list-style-type: none"> <li>- Serão utilizadas luminárias de alto rendimento nos postes a serem implantados ao longo da área de intervenção.</li> </ul> </li> <li><input type="checkbox"/> uso de energia limpa para aquecimento de água;</li> <li><input type="checkbox"/> sistema de medição individualizado de consumo de água e energia;</li> </ul>	

	<p><input type="checkbox"/> sistema de reuso de água e de tratamento de efluentes gerados;</p> <p><input type="checkbox"/> diversificação da matriz de abastecimento de água por meio da utilização de fontes alternativas de água não potável, com o possível aproveitamento de águas pluviais e de rebaixamento de lençol freático, agregando ao sistema hidráulico elementos que possibilitem a captação, o transporte, o armazenamento e seu aproveitamento, quando possível e conforme a característica do insumo captado;</p> <p><input type="checkbox"/> utilização de materiais reciclados, recicláveis, reutilizáveis, reaproveitáveis, biodegradáveis e compostáveis, e que reduzam a necessidade de manutenção; e</p> <p><input type="checkbox"/> utilização de materiais reciclados oriundos dos resíduos sólidos da construção civil e de demolição, ampliando-se, sempre que possível, o número de itens reciclados de insumos e/ou materiais nas tabelas de custos administrativos.</p> <p><input type="checkbox"/> Outro: (...)</p> <p><input type="checkbox"/> Não. <b>Justificar:</b> (Caso se assinale “não”)</p>
<p><b>6.4 –</b> <b>HÁ RISCOS A SEREM</b> <b>ASSUMIDOS PELA</b> <b>CONTRATADA?</b></p>	<p><b>Especificar:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS da contratada - probabilidade (alta) e impacto (médio);</li> <li>- Inércia frente a descumprimento de obrigações contratuais; falha ou omissão no registro dos atos e fatos do contrato - probabilidade (média) e impacto (alto);</li> <li>- Falha na análise do projeto básico e/ou executivo - probabilidade (baixa) e impacto (médio);</li> <li>- Atraso na concessão de licenças junto aos órgãos de controle - probabilidade (média) e impacto (alto);</li> </ul> <p><input checked="" type="checkbox"/> Sim.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Atraso das obras devido a sinistros externos e imprevisíveis, ou fenômenos naturais - probabilidade (baixa) e impacto (médio);</li> <li>- Descumprimento das cláusulas contratuais - probabilidade (baixa) e impacto (médio);</li> <li>- Modificação das especificações dos serviços e necessidades da contratante - probabilidade (média) e impacto (médio);</li> <li>- Impossibilidade de início da obra, após a emissão da Ordem de Serviço, por restrições da Contratante (liberação do local de implantação, necessidade de execução prévia de outro serviço etc.) - probabilidade (média) e impacto (médio);</li> <li>- Identificação de falhas ou omissões em qualquer das peças,</li> </ul>

orçamentos, plantas, especificações ou memoriais que compõe a contratação, que sejam relevante - probabilidade (média) e impacto (alto);

- Diferença entre os quantitativos da planilha de orçamento e os quantitativos que serão efetivamente executados na obra, devido às incertezas inerentes ao objeto ou a alguns serviços que compõem o objeto - probabilidade (baixa) e impacto (médio);

- Preços de insumos que compõe a execução do objeto abaixo do preço de mercado - probabilidade (média) e impacto (baixo);

- Execução dos serviços com qualidade abaixo da especificada na contratação e/ou em desacordo com normas técnicas e legislações vigentes - probabilidade (média) e impacto (alto);

- Alteração da legislação, regulamentos e normas que causem alterações no projeto inicialmente contratado - probabilidade (baixa) e impacto (baixo);

- Ocorrência de acidentes de trabalho durante a execução dos serviços - probabilidade (baixa) e impacto (médio);

- Ocorrência de roubos e furtos na obra - probabilidade (baixa) e impacto (médio);

- Diferença no quantitativo das obras de dragagem superiores a 20% (vinte por cento) do constante da planilha de quantidades - probabilidade (baixa) e impacto (médio);

- Aumento nos custos de quaisquer dos insumos que compõem a execução da obra, não decorrentes de alterações tributárias ou políticas públicas, ensejando aumentos de custos superiores aos índices de reajuste contratual - probabilidade (baixa) e impacto (baixo);

- Risco de inadimplência da Contratante - probabilidade (baixa) e impacto (alto);

- Rescisão ou anulação do contrato, por culpa da Contratada - probabilidade (média) e impacto (alto);

- Alteração nos custos com salários e materiais de construção não decorrentes de alterações tributárias ou políticas públicas, ensejando aumentos de custos superiores aos índices de reajuste contratual - probabilidade (baixa) e impacto (alto);

- Problemas de liquidez financeira do construtor ou de subcontratados, bem como declaração de falência ou recuperação judicial do contratado - probabilidade (baixa) e impacto (alto);

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Restrição orçamentária e/ou financeira do órgão contratante - probabilidade (baixa) e impacto (alto);</li> <li>- Ocorrência de greves ou manifestações de empregados de terceiros que possam interferir com o andamento da obra, tal como dos setores de transporte público, de órgãos governamentais ou de fornecedores - probabilidade (baixa) e impacto (alto);</li> <li>- Interposição de ações judiciais contra o construtor e os seus subcontratados por força da execução da obra - probabilidade (baixa) e impacto (alto);</li> <li>- Alteração da legislação, regulamentos e normas que causem alteração do projeto - probabilidade (média) e impacto (médio);</li> <li>- Prejuízos causados a terceiros devido à realização das obras - probabilidade (baixa) e impacto (médio);</li> <li>- Erro na estimativa do prazo planejado para a execução da obra - probabilidade (baixa) e impacto (médio).</li> </ul> <input type="checkbox"/> Não.
<p><b>6.5 –</b> <b>HÁ PREVISÃO DE</b> <b>VISTORIA?</b></p>	<p>O licitante deverá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços no período de <b>dd/mm/aaaa</b> a <b>dd/mm/aaaa</b>, no horário <b>de XXhYYm</b> às <b>XXhYYm</b>, mediante agendamento para acompanhamento de servidor do órgão.</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Sim.</p> <p>Caso o licitante não tenha interesse na vistoria, deverá firmar <b>declaração</b> nesse sentido, concordando com as condições do local de trabalho, <b>renunciando</b> à possibilidade de alegar desconhecimento das instalações posteriormente.</p> <p><input type="checkbox"/> Não.</p>
<p align="center"><b>7 – MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO</b> (art. 6º, XXIII, e)</p>	
<p><b>7.1 –</b> <b>QUAL LOCAL E DATA DE</b> <b>EXECUÇÃO DO</b> <b>SERVIÇO/OBRA?</b></p>	<p>Orla da Praia Grande, Outeiro, município de Belém, Estado do Pará</p> <p>10 MESES, A PARTIR DA EMISSÃO DA ORDEM DE SERVIÇO</p>
<p><b>7.2 –</b> <b>QUAL SERÁ O REGIME DE</b> <b>EXECUÇÃO?</b></p>	<p>Contratação Integrada</p>

<p><b>7.3 COMO OCORRERÁ A MEDIÇÃO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS?</b></p>	<p>7.3.1 Para realizar as medições, a CONTRATADA deverá observar os seguintes critérios de medição gerais, bem como os específicos para cada item:</p> <p><b>FORMAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO</b></p> <p>Os pagamentos das obras e serviços de engenharia serão efetuados em reais, com base nas medições mensais dos serviços efetivamente realizados, considerando a definição dos eventos e das frentes de obra e obedecendo aos percentuais definidos no cronograma físico-financeiro, mediante a apresentação da fatura / notas fiscais, devidamente atestadas pela fiscalização da CONTRATANTE, formalmente designada, e do respectivo boletim de medição referente ao mês de competência, observando-se o disposto a seguir:</p> <p>- Forma de pagamento para EQUIPAMENTOS (MATERIAIS) / SERVIÇOS: o pagamento será realizado de acordo com o previsto no cronograma físico-financeiro e no desenvolvimento e avanço da obra / serviço.</p> <p>7.3.2 Nos preços apresentados pelo licitante deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos para a execução das obras e dos serviços, de acordo com as condições previstas no Termo de Referência e seus anexos, constituindo-se na única remuneração possível de ser atribuída pelos trabalhos contratados e executados.</p> <p>7.3.3 O pagamento da instalação do canteiro, mobilização e desmobilização será no valor apresentado na proposta do licitante, respeitado o valor máximo estabelecido no TR, da seguinte forma:</p> <p>a) Instalação do canteiro: devidamente instalado e de acordo com o cronograma físico-financeiro proposto;</p> <p>b) Mobilização: serão medidos e pagos proporcionalmente ao efetivamente realizado.</p> <p>c) Desmobilização: após a total desmobilização, comprovada pela fiscalização.</p> <p>7.3.4 Administração local e manutenção de canteiro (AM) – será pago conforme o percentual de serviços executados (execução física) no período, conforme a fórmula abaixo, limitando-se ao recurso total destinado para o item, sendo que ao final da obra o item será pago 100%.</p> <div data-bbox="509 1688 1370 1814" data-label="Equation-Block"> <math display="block">\%AM = \frac{\text{Valor da Medição Sem AM}}{\text{Valor do Contrato (incluso aditivo financeiro) Sem AM}}</math> </div> <p>7.3.5 Administração local e manutenção de canteiro (AM) terá como unidade, na planilha de custos, a medida “global”, e será pago mensalmente o valor absoluto, com no máximo duas casas decimais, oriundo do produto entre o percentual da fórmula supracitada e o valor total da “AM”.</p> <p>7.3.6 Caso haja atraso no cronograma, por motivos ocasionados pela</p>
---	--

	<p>CONTRATANTE, será pago o valor total da Administração Local e Manutenção de Canteiro (AL) prevista no período da medição.</p> <p>7.3.7 O aditivo financeiro da Administração Local/Manutenção do canteiro de obras (AM) não está atrelado à prorrogação de prazo contratual. Seu acréscimo decorre apenas em virtude de acréscimos financeiros realizados ao contrato, por meio de aditivos de valor. Além disso, a CONTRATADA deverá demonstrar efetivamente o acréscimo da estrutura de Administração Local/Manutenção do canteiro de obras (AM), disponibilizada para execução dos serviços.</p> <p>7.3.8 Considera-se que a cada etapa correspondam 30 (trinta) dias corridos, e que a medição de cada etapa ocorrerá durante os últimos 5 (cinco) dias úteis subsequente.</p> <p>7.3.9 A Fiscalização receberá os produtos medidos do projeto durante reunião previamente marcada. Se durante a conferência dos produtos do objeto da medição faltar algum item a ser apresentado, será solicitado a CONTRATADA as conformações que julgar necessárias para a entrega da próxima medição. Na ata de reunião, ficarão registradas as alterações solicitadas para a CONTRATADA ou a ausência de solicitações, conforme o caso, bem como possíveis falhas ou omissões da entrega.</p> <p>7.3.10 Todas as unidades previstas no projeto de engenharia apresentado deverão fazer parte do cronograma físico-financeiro e do orçamento analítico (orçamento, mapa de cotação e memorial de cálculo do orçamento).</p> <p>7.3.11 A medição apresentada à CAIXA deverá ter o documento de recebimento e aprovação da Diretoria de Saneamento Ambiental da Secretaria das Cidades e Integração Regional - SECIR, com carimbo e assinatura.</p> <p>7.3.12 Após o aceite definitivo da medição a Fiscalização da Secretaria das Cidades e Integração Regional - SECIR, entregará versão final à CAIXA com carimbo de aprovação e assinatura dos responsáveis pela fiscalização e órgão a fins.</p> <p><b>PAGAMENTO E REMUNERAÇÃO</b></p> <p>7.3.13 As medições serão processadas mensalmente pela empresa executora, em conjunto com a Fiscalização da Secretaria das Cidades e Integração Regional - SECIR, e ratificada pela Caixa Econômica Federal, as quais corresponderão a cada etapa de serviços concluída de acordo com a planilha orçamentária.</p> <p>7.3.14 O pagamento ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias, contados da data da liberação dos recursos financeiros pelo Governo Federal – Ministério das Cidades, após a apresentação e aceitação da NOTA FISCAL e demais documentos na Diretoria Administrativa e Financeira da Secretaria das Cidades e Integração Regional - SECIR, desde que não ocorra fator imperativo provocado</p>
--	---

	<p>pela CONTRATADA, através de crédito em conta corrente mantida pela CONTRATADA a ser indicada por ela.</p> <p>7.3.15 Os recursos para o pagamento serão do Governo Federal através do Orçamento Geral da União (OGU).</p> <p>7.3.16 A forma de cobrança será exclusivamente em carteira, vedada a anuência para contrair empréstimo de financiamento e a cessão de crédito;</p> <p>7.3.17 Quaisquer inconsistências, erros ou omissões na Nota Fiscal, documentação fiscal ou fatura será objeto de glosa pela SECRETARIA DAS CIDADES E INTEGRAÇÃO REGIONAL - SECIR e devolução da documentação à CONTRATADA para correção ou complementação, com a consequente interrupção do prazo para pagamento, que iniciará novamente somente após a documentação regularizada, reapresentada e aceita;</p> <p>7.3.18 Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a correção monetária;</p> <p>7.3.19 A Nota Fiscal apresentada pela CONTRATADA deverá estar acompanhada de comprovantes de pagamentos da GPS e GPR, certidões CND junto ao INSS, do CRF junto à CEF e CNDT perante a justiça trabalhista, bem como ainda as demais certidões negativas emitidas pelos órgãos competentes dos governos municipais, estaduais e federais, no que for pertinente, conforme a natureza da operação e as exigências legais;</p> <p>7.3.20 São de inteira responsabilidade da CONTRATADA todas e quaisquer deduções ou interpretações diferentes destes critérios e condições de pagamentos, fornecidos pela SECRETARIA DAS CIDADES E INTEGRAÇÃO REGIONAL – SECIR</p>
<p><b>7.4. COMO OCORRERÁ O RECEBIMENTO DO OBJETO?</b></p>	<p>7.4.1 Recebimento do objeto</p> <p>7.4.1.1 Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento, fiscalização e gerenciamento, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 dias (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;</p> <p>7.4.1.2 Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observando o disposto no art. 119, da Lei nº 14.133/2021 e Decreto Estadual 3.813/2024.</p> <p>7.4.2 Critério de aceitabilidade do objeto</p> <p>7.4.2.1 Os projetos serão aceitos se atenderem as suas respectivas especificações. O atendimento às especificações deve ser demonstrado pela</p>

	<p>CONTRATADA à Fiscalização.</p> <p>7.4.2.2 Deverão ser apresentadas as Anotações de Responsabilidade Técnicas (ARTs) da empresa responsável e dos responsáveis técnicos pela elaboração dos Projetos. O aceite do Relatório Parcial ou Total dos Projetos, será efetivado pela equipe técnica da Secretaria das Cidades e Integração Regional - SECIR, responsável pela fiscalização do contrato.</p> <p>7.4.2.3 Deverão ser entregues, os estudos de campo, levantamento topográfico, os cadastros e toda a base de informações que subsidiaram a elaboração dos projetos.</p> <p>Não serão admitidas inconformidades com as normas técnicas, manuais ou instruções de serviços, sendo de responsabilidade da CONTRATADA a verificação e aplicação das especificações técnicas vigentes no período de execução do objeto contratual.</p> <p>7.4.2.4 Toda e qualquer solução de engenharia apresentada e aplicada pela CONTRATADA deverá ser previamente aprovada pela equipe técnica da Secretaria das Cidades e Integração Regional – SECIR, responsável pela fiscalização do contrato e atender ou superar as prerrogativas estabelecidas, nos quesitos de qualidade, eficiência, durabilidade, segurança, e níveis de serviço, atendendo solidariamente às normas e instruções aplicáveis.</p>
<p><b>7.5 É POSSÍVEL A SUBCONTRATAÇÃO DO OBJETO?</b></p>	<p>7.5.1 É permitida a subcontratação parcial do objeto, nos termos do Art. 122 da lei nº 14.133/2021, desde que obedecidos os preceitos do §3º do artigo supracitado.</p> <p>7.5.2 Fica desde já estabelecido que a subcontratação parcial não poderá exceder o limite de 30% (trinta por cento) do objeto sem os itens relevantes.</p> <p>7.5.2.1 Os serviços relevantes identificados no Anexo VII foram encontrados por meio da curva ABC, que correspondem à 80% do custo total da obra.</p> <p>7.5.2.2 A licitante define os seus próprios custos e preços de venda dos serviços / materiais, conforme sua estratégia, o que, consequentemente, define os itens relevantes na planilha orçamentária e composição de preço. Portanto, pode ocorrer que os itens não relevantes a serem subcontratados diverjam entre a planilha orçamentária de referência e a planilha orçamentária das licitantes.</p> <p>7.5.3 A subcontratação da execução de serviços deverá sempre ter consentimento prévio da CONTRATANTE que, posteriormente poderá, sem qualquer ônus, exigir a rescisão do subcontrato, se entender que a subcontratada está prejudicando ou poderá prejudicar a execução do objeto contratual, devendo essa condição constar obrigatoriamente do instrumento de subcontratação.</p> <p>7.5.4 Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, bem como pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação</p>

	das atividades da subcontratada, bem como responder perante a CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.	
<b>8 - PRAZO, FORMA DE PAGAMENTO E GARANTIA DO CONTRATO</b> (art. 6º, XXIII, a e g)		
8.1 - PRAZO DO CONTRATO	48 meses.	
8.2 - HAVERÁ POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO?	<input type="checkbox"/> Sim, na forma do art. 107 da Lei 14.133/2011. <input checked="" type="checkbox"/> Sim, na forma do art. 111 da Lei 14.133/2011. <input type="checkbox"/> Não.	
8.3 - FORMA DE PAGAMENTO	<b>Meio</b> Ordem bancária.	
	<b>Onde?</b> Conta corrente da contratada no Banco do Estado do Pará.	
	<b>Qual o prazo?</b>	O pagamento ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias, contados da data da liberação dos recursos financeiros pelo Governo Federal – Ministério das Cidades, após a apresentação e aceitação da NOTA FISCAL e demais documentos na Diretoria Administrativa e Financeira da Secretaria das Cidades e Integração Regional - SECIR, desde que não ocorra fator imperativo provocado pela CONTRATADA, através de crédito em conta corrente mantida pela CONTRATADA a ser indicada por ela.
	<b>Prova da regularidade fiscal</b>	A regularidade fiscal pode ser provada: 1. por consulta ao SICAF ou Cadastramento Unificado de Licitante; ou 2. pela apresentação dos documentos constantes no art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21, quando não for possível consultar aos sistemas oficiais.
8.4 - QUAL A GARANTIA DO CONTRATO?	<input checked="" type="checkbox"/> 5% do valor inicial do contrato.	<b>Justificativa:</b> foi tomado como base o Art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021
	<input checked="" type="checkbox"/> Seguro-garantia com obrigação de conclusão do objeto do contrato	<b>Justificativa:</b> em razão da complexidade do objeto, deverá ser apresentada garantia pela execução das obrigações assumidas.

☐ Não há.

**Justificativa:** (caso não tenha garantia)

**9 – PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**  
(art. 6º, XXIII, j)

**9.1 –  
DADOS  
ORÇAMENTÁRIOS  
DA CONTRATAÇÃO**

Funcional 230101/1/451/1508/7724  
Programática:  
Elemento de Despesa: 449051  
Fonte do Recurso: 0170000006-013577

Integram este TERMO DE REFERÊNCIA, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – MEMORIAL DESCRITIVO;

ANEXO II – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS;

ANEXO III – PEÇAS GRÁFICAS;

ANEXO IV – ORÇAMENTO.

SEGUE LINK PARA ACESSO AOS ANEXOS I A IV, E MODELO DE PLANILHA LICITANTE:

[https://drive.google.com/drive/folders/1WqIFfZF0d4G\\_WOVVOW3Vg2B1KZ1--Sus?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/drive/folders/1WqIFfZF0d4G_WOVVOW3Vg2B1KZ1--Sus?usp=drive_link)

Belém (PA), 28 de janeiro de 2025.

**AMANDA RODRIGUES DE SOUZA DA COSTA**

Coordenadora

Matrícula: 5994916/1



## ASSINATURAS

**Número do Protocolo:** 2025/2737816

**Anexo/Sequencial:** 38

*Este documento foi assinado eletronicamente na forma do Art. 6º do Decreto Estadual Nº 2.176, de 12/09/2018.*

### **Assinatura(s) do Documento:**

**Assinado eletronicamente por:** Amanda Rodrigues de Souza da Costa, **CPF:** \*\*\*.740.892-\*\*

**Em:** 28/01/2026 16:23:10

**Aut. Assinatura:** 75609377c51b220ea33cf43dc9a6c6918f73b02cadd960195d3a2be281e5540b



**Identificador de autenticação:** a0e60e0f-12fa-4b1c-a220-99d766d5264e

Confira a autenticidade deste documento em  
<https://www.sistemas.pa.gov.br/validacao-protocolo>